

A ESCRITA DO SUJEITO SURDO: REFLEXOS DA ORALIDADE EM “SINAIS”

Angela Lemos de Oliveira

Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Angelaleoli@hotmail.com

Resumo: Por muito tempo, a história da educação dos surdos tem sido marcada pelo fracasso de práticas oralistas impostas por uma sociedade fonocêntrica. Pensando nas dificuldades na educação do indivíduo surdo, alguns questionamentos surgem à nossa mente: por que os surdos não aprendem a ler e, em especial a escrever com destreza a língua portuguesa assim como os ouvintes, visto que possuem as mesmas competências linguísticas? O que impede que esses alunos detenham as habilidades da escrita? Desta forma, o presente trabalho surge com o intuito de corroborar a língua de sinais como língua natural por meio da exposição das características distintas que as marcam como tal, além de discutir o processo de aquisição da língua escrita pelo surdo, bem como investigar as dificuldades dos alunos surdos no que tange à produção de textos escritos, dado que esta modalidade exige dos sujeitos operações cognitivas distintas da língua oral.

Palavras chave: Língua de sinais. Educação de surdos. Escrita.

Introdução

A trajetória histórico-social da língua de sinais e da educação dos surdos foi sempre marcada pela forma dialética da concepção de homem e de cidadania ao longo da história da humanidade. A escassez de material de pesquisa sobre a surdez em períodos mais antigo da humanidade constitui-se como uma dificuldade para traçar todo o processo histórico com precisão das situações dos surdos no passado.

Segundo Guarinello (2007), acredita-se que, nas civilizações gregas e romanas, o fato de as crianças nascerem surdas era motivo para serem condenadas à morte. Na época do Imperador Justiniano, no século VI, o Código Justiniano proibia ao indivíduo surdo o direito de receber herança; caso a pessoa antes da perda da audição já tivesse recebido uma educação, esse direito lhe era garantido, caso contrário, não poderia receber a herança mesmo que esta lhe tivesse sido deixada em testamento.

Para a igreja católica, o surdo era considerado incapaz de receber sacramento, dado que o sujeito surdo precisaria recitá-lo no momento de sua morte, o que seria fisicamente impossível para a maioria deles.

No ano de 637, tem-se registro do trabalho do bispo John of Bervely, que ensinou um surdo a falar oralmente de maneira inteligível. A igreja considerou o acontecimento um milagre, no entanto as técnicas usadas pelo bispo se perderam no tempo. Após este período, o

primeiro registro de fato relacionado à educação dos surdos foi feito por Bartolo della Marca d'Ancona, escritor do século XIV, impulsionando posteriores estudos.

Dois séculos mais tarde, o médico italiano Girolano Cardano avançou nos estudos sobre a surdez – por ter o filho surdo – e elaborou um tipo de código de ensino para surdos, embora não o tenha posto em prática.

No mesmo século XVI, surge Pedro Ponce de León, um monge beneditino espanhol, considerado o primeiro professor de surdos da história. Seus alunos eram ensinados a “falar, escrever, ler, fazer contas, orar e confessar-se pelas palavras, a fim de ser reconhecidos como pessoas nos termos da lei e herdar os títulos e as propriedades da família” (GUARINELLO, 2007, p. 21). Ponce de León utilizava em seu método de ensino o alfabeto manual que desenvolvido por ele levou muitos outros espanhóis a aprofundarem os estudos acerca da surdez.

Entre eles, o espanhol Juan Pablo Bonet publicou o livro *Reducción de las letras y artes para enseñar a hablar a los surdos*, apresentando a invenção do alfabeto manual. Bonet, em seu ensino, priorizava a leitura, a escrita e o alfabeto manual para a partir daí ensinar os surdos a falarem; o que o leva a se considerado um dos precursores do oralismo.

O escocês George Dalgarno, na segunda metade do século XVII, “declarou que os surdos tinham o mesmo potencial que os ouvintes para aprender e poderiam alcançar iguais níveis de desenvolvimento se recebessem educação adequada” (GUARINELLO, 2007, p. 23). O conceito que George Dalgarno apresentou em seu tempo se equipara aos dos teóricos da atualidade.

Já o abade francês Charles Michel de L'Épée, em 1750, na França, foi o primeiro a considerar a língua de sinais como uma língua. A partir do método de *Sinais Metódicos*, utilizado por ele, combinados à língua de sinais, fazia uso da gramática da língua oral francesa juntamente com o alfabeto digital, obtendo êxito em seu método de ensino. Em 1760, fundou a primeira escola pública para surdos no mundo, o *Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris*.

Devido aos avanços através de exercícios auditivos, realizados nas escolas americanas, que facilitavam o aprendizado da fala, o método oralista começou a se manifestar a partir de 1860 e ficou ainda mais forte depois da morte de Laurent Clerc, em 1869, quando os profissionais da época passaram então a desprezar a língua de sinais. Surge neste momento o mais importante defensor do oralismo nos Estados Unidos: Alexander Graham Bell.

Casado com uma surda, cuja mãe também era surda, Graham Bell tinha medo de que a comunicação usada pelos surdos de alguma forma atrapalhasse o progresso da sociedade vigente. O principal objetivo de Graham Bell era extinguir a língua de sinais e acabar com os casamentos entre os surdos. Para dar força a este seu objetivo, em 1880, no Congresso Internacional de Milão, ajudou a votar a favor do método oralista. A partir desse congresso, o uso da língua de sinais foi proibido.

No que concerne ao Brasil, em 1855, a convite do imperador D. Pedro II, o professor surdo francês Hernest Huert iniciou um trabalho de educação com duas crianças surdas. Dois anos depois, foi fundado o *Instituto Nacional de Surdos-Mudos*, atualmente *Instituto Nacional de Educação de Surdo* (INES), onde se utilizava língua de sinais. Contudo, devido à determinação do Congresso de Milão, em 1911, o oralismo foi restabelecido como método de educação de surdos no INES.

Na década de 1970 o Brasil conhece a filosofia da comunicação. Na década de 1980, graças à pesquisa da professora de linguística Lucinda Ferreiro Brito, sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a filosofia do bilinguismo começa a se destacar. Mas somente no ano de 2002, que a língua brasileira de sinais foi reconhecida oficialmente no Brasil, a partir da Lei nº 10.463, de 24 de abril de 2002

[...]Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.[...]

Dessa forma, podemos afirmar que, no Brasil, a situação educacional dos surdos necessita avançar muito, mas o fato de a LIBRAS ser reconhecida já é um passo a ser considerado.

1. Linguagem e língua: os primeiros “sinais”

Dentre as peculiaridades que separam o homem dos outros animais – inclusive dos outros primatas –, a mais controversa talvez seja a capacidade da linguagem. Isso porque tal capacidade está tão intimamente imbricada com a experiência humana que é quase impossível pensar essa vivência sem ela. Afinal, a linguagem além de permitir a comunicação,

armazenamento e/ou transmissão de toda ordem de artefatos culturais – criados e (re)produzidos, repassados entre nós e para a descendência –, também é parte configurante do sistema cognitivo humano. Em outros termos, é por seu intermédio que somos os animais que somos: seres de linguagem. Diante dessas considerações, uma questão se levanta: como a linguagem pode ser definida? Langacker (1980, p. 11) diz que embora haja muitos conceitos sobre o que seria linguagem é fato de que “instrumento de comunicação unicamente humano”

Para Platão¹, a linguagem poderia ser um *pharmakon*, palavra grega que vertida para o português conota três significados distintos: *remédio*, pois permite a aquisição de novos conhecimentos, possibilitando a percepção da ignorância humana, o que por sua vez leva o homem a buscar novas informações por meio do outro a fim de sanar essa lacuna; *veneno*, por dar margens à sedução por meio da comunicação, é capaz de induzir o receptor a aceitar o que está sendo transmitido; e *cosmético*, por tornar possível a dissimulação do verdadeiro, às vezes por ocultar a verdade através de sua manifestação.

Já Aristóteles, em sua obra *Política*, define o homem como um “animal político”, isto é, social cínico, porque só ele é dotado de linguagem. É por meio dela que o homem manifesta a palavra (*lagos*) e este é o veículo de expressão dos valores, tornando possível a vida social e política.

Hjelmsler, linguista dinamarquês, afirma que a linguagem é “o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos (...), o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana” (apud CHAUI, 2002, p. 137).

Saussure (1969) defende que a linguagem pertence ao domínio individual e social; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, não se prestando ao estudo de uma só ciência apenas como a linguística, pois envolve uma complexidade e uma diversidade de problemas que provocam a análise de outras ciências, a exemplo da psicologia e da antropologia. Já Chomsky revolucionou os estudos de linguagem ao defini-la como uma faculdade mental, inata, que possibilita à espécie humana desenvolver e adquirir uma língua natural (FRANCHETIO; LEITE, 2004)

Como ficou demonstrado acima, de fato, decidir sobre uma resposta acerca da linguagem implica uma série de outros posicionamentos que envolvem questões internas e externas do organismo humano (social x individual; físico x mental; objetividade x

¹ (apud CHAUI, 1999, p. 137)

subjetividade); porém algumas coisas ficam claras em todas as perspectivas: (i) a linguagem caracteriza o homem; e é a mesma (ii) sustenta o movimento de expressividade humana, através de uma língua. É este último ponto que interessa a este trabalho.

Uma vez que a linguagem é essa capacidade incrustada na espécie humana, pode ser entendida, em termos gerais, como qualquer movimento humano carregado de algum tipo de intencionalidade. Sendo assim, a linguagem envolve desde manifestações artísticas marcadas por uma multiplicidade de signos sobrepostos, quanto uma língua, entendida como um sistema linguístico socializado ou como uma competência, conhecimento linguístico internalizado. “Todos os seres humanos aprendem uma língua, mas nenhum outro animal atinge algo que se compare, nem mesmo os mais inteligente” (LANGACKER, 1980, p. 23), até mesmo àqueles sujeitos com impossibilidades físicas nos órgãos vocais ou auditivos adquirem uma língua, como é o caso de indivíduos surdos, que, a partir da necessidade de expressar o pensamento por meio da linguagem, apreendem a língua de sinais como meio de externar seus desejos e motivações, desmistificando o fato de as línguas humanas dependerem das expressões orais. Como uma língua natural, a língua de sinais é a manifestação legítima da capacidade humana da linguagem.

Uma vez que língua e linguagem estão relacionadas em si, a linguística buscou reunir fatores que as distingam das demais formas de comunicação, seja ela humana ou não, segundo Quadros e Karnopp (2004), estabelecer a natureza da língua(gem) humana, bem como sua constituição, os princípios que as regem enquanto manifestação particular de fenômeno da língua(gem) humana.

A partir dessa prerrogativa, os estudos linguísticos expõem algumas características distintas que marcam o *status* de língua natural, por descrever e formular teorias como se dá seu funcionamento e como essa passa a sofrer alterações à medida que estão sendo usadas por seus falantes. Quadros e Karnopp (2004) esboçando sobre as línguas naturais apresentam algumas propriedades desta e que estão presentes tanto nas línguas orais como nas línguas de sinais, definidas e classificadas pelos linguísticos como *flexibilidade e versatilidade, arbitrariedade, descontinuidade, criatividade/produktividade, dupla articulação, padrão e dependência estrutural*.

As línguas de sinais também apresentam variações dialetais, podendo sofrer acréscimos, adaptações e mudanças no decorrer de seu uso, sendo possíveis de se modificar com o tempo. Tais mutações são fundamentadas dentro da estrutura gramatical de uma língua natural. De acordo com Langacker (1980, p. 25), “uma língua é o resultado da mudança, e

continuando a ser falada, continuará a sofrer alterações”. Assim, as línguas de sinais por serem línguas em que sua representação se dá de maneira espacial, são percebidas visualmente através da produção manual e expressões não-manuais. As posições no local do referente, configurações de mãos paradas ou em movimento, que são parâmetros da língua de sinais brasileira (QUADROS; KARNOPP, 2004) estes produzem os elementos mínimos do gesto (representação de uma letra) separadamente, mas que à medida que se agrupam são formando novas palavras, sentenças e frases.

Levando em consideração as características citadas acima a respeito das propriedades que têm as línguas consideradas naturais podemos afirmar, assim como o fazem Quadros (1997), Silva (2001), Quadros e Karnopp (2004), Guarinello (2007) e Pereira (2011) que as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela Linguística como línguas naturais, possuindo características específicas que as distingue dos demais sistemas de comunicação.

Sendo assim, podemos concluir que o sujeito surdo por ser humano também pode desenvolver suas capacidades cognitivas nas mais diversas possibilidades que uma língua natural permite, como poder expressar seus pensamentos por meio da linguagem gestual, bem como por meio da escrita. Porém, infelizmente, esta não foi e não é a realidade de todos os sujeitos surdos, que necessitam da língua de sinais para se comunicar, não por incapacidade de aprendizado e sim por bloqueios causados por pessoas que desconhecem a capacidade humana e o potencial das línguas naturais a serviço das necessidades do indivíduo pensante.

2. Escrita e oralidade: o dilema do sujeito surdo

Em nossa sociedade, majoritariamente letrada e fonocêntrica, a escrita tem lugar privilegiado e o indivíduo precisa se apropriar desse instrumento para ampliar suas possibilidades de interação com o meio social em que está inserido. É difícil imaginar a nossa sociedade sem a escrita, uma vez que toda a estrutura sócio-econômico-educacional está baseada no sistema ortográfico, sendo impossível conceber os grandes centros urbanos sem a escrita, uma vez que toda a nossa organização social se apoia sobre ela: *outdoor*, fachadas de estabelecimentos comerciais, bandeiras de ônibus, cartas, fax, cheques e etc.

Teberosky (2000, p. 56) citando Coulmas, inclusive, defende que algumas das mais importantes funções na nossa sociedade são sustentadas na escrita, através de “*registro ou função mnemônica*”, atribuindo a escrita a possibilidade de registrar de forma quase exata. Para muitos estudiosos, sem a escrita seria impossível o avanço das ciências, das pesquisas,

da história da humanidade². Além dessa função, o autor defende ainda que “a escrita permite a comunicação à distância, no espaço e no tempo”.

Um cidadão é alguém que pertence a uma dada sociedade, uma pessoa que goza de direitos civis, políticos. A lei que regula e controla o comportamento social desse cidadão se estrutura na modalidade escrita, assim como o pagamento dos impostos que sustentam a estrutura social. Além das funções já elencadas, existe ainda a linguagem. Esta é apontada como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento cognitivo do sujeito. Nos termos de Vygotsky, como destaca Silva (2001, p. 30), “ela tem como função principal a comunicação social e o contato entre os sujeitos, tanto adultos como crianças, enfim, a influência entre indivíduos que estão na mesma esfera social”. Vygotsky ressalva, entretanto, que não é só por meio da linguagem falada que o sujeito se desenvolve cognitivamente, o aprendizado da linguagem escrita representa um novo e grande salto no desenvolvimento desse sujeito, pois pode proporcionar diferentes maneiras de organizar a ação e permite o acesso ao patrimônio cultural humano, registrado por meio da escrita.

Para o surdo, a linguagem escrita é basicamente o meio de interação e comunicação social com a grande maioria das pessoas, visto que a língua de sinais é pouco difundida e reconhecida pelos ouvintes como uma língua natural, embora haja legislação que a defenda como tal, existem um número reduzido de falantes e a falta da efetivação de políticas públicas que promovam sua utilização. Diante desse quadro, o surdo que não tem domínio da linguagem escrita, portanto, torna-se um indivíduo menos independente e menos protegido no que concerne aos seus direitos perante a lei, que se sustentam pela escrita.

Frente a essas questões, a linguagem escrita é apontada como sendo uma ferramenta importante para o surdo, uma vez que pode visualizá-la, possibilitando a construção de suas habilidades de língua, e é, a partir desta, que o sujeito surdo amplia seus conhecimentos sociais, assim como também sua possibilidade de competitividade no mercado de trabalho, práticas sociais, das quais a maioria se constituem mediadas pela escrita (SILVA, 2001).

A dificuldade que apresenta o aluno surdo em aprender a língua portuguesa escrita não se constitui uma incapacidade ou retardo. Em razão das muitas diferenças existentes entre os dois códigos linguísticos, a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais, o aluno surdo apresenta inúmeras dificuldades ligadas à produção escrita. Entretanto, como já foi adiantado, isso não é em razão de nenhuma dificuldade cognitiva do sujeito surdo, mas da transposição

² Do jeito que entendemos hoje, vale ressaltar.

da língua de sinais, em suas características estruturais, para a escrita que se aproxima da língua portuguesa oral. Ocorre então que

a língua escrita é um objeto linguístico construído a partir de seu lugar social. Assim, tanto o surdo quanto o ouvinte terão como pressuposto a língua que já dominam para ter acesso à linguagem escrita. A língua que o surdo tem como legítima e usa não é a mesma que serve como base ao sistema escrito, por ser um sistema visuo manual, portanto muito diferente do oral auditivo. (SILVA, 2001, p. 48)

É justamente essa diferença que se estabelece entre a língua de sinais e a linguagem escrita que causa um embaraço ou incompreensão, na escrita do aluno surdo, pois este, ao passar para o papel o que deseja informar, transpõe a estrutura de sua fala de língua de sinais, o que acarreta que “seus textos escritos não apresentam as mesmas características de um falante do português, mas de um sujeito falante de uma segunda língua”. (SILVA, 2001, p. 91). Isso porque o aluno surdo está no processo de aprendizagem de uma modalidade estrutural de linguagem que não é a mesma de sua língua natural.

A seguir, apresento um exemplo de como essa transposição da língua de sinais para a escrita do aluno surdo ocorre. Para efeito de ilustração, tratarei do fenômeno da coesão e da coerência textual, elementos indispensáveis na produção de textos. A coerência tem papel fundamental na textualidade. Segundo Koch,

coerência diz respeito ao modo como os elementos expressos na superfície textual e aqueles que se encontram implícitos permitem aos usuários do texto a construção de um sentido, devido à atuação de fatores de ordem cognitiva, sociocultural, situacional, interacional. (KOCH, 1995, *apud* GUARINELLO, 2007, p. 79-80)

Dentro das características da coesão estão a *sequencialidade* e *tematicidade* (ou progressão tópica e temática) e os *articuladores textuais* (articuladores de conteúdo proposicional, discursivo-argumentativos e meta-enunciativos). Os *articuladores meta-enunciativos*, por sua vez, podem ser: delimitadores de domínios, organizadores textuais, modalizadores epistêmicos, atitudinais ou afetivos, axiológicos, deonticos, atenuadores e metaformativos. Para efeito de ilustração de como se constitui a escrita do surdo, apresentamos um exemplo do livro de Guarinello (2007, p. 76) em estudo sobre o assunto:

Eu vou festa dia das Brixas meu roupa Vampiro tem caixão Eu dentro abre Eu morto
mentira assusto menina.
Eu comer bolo, coca, pipoca, coxinha embora casa.

Fonte: GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

Neste exemplo pode ser observada a progressão temática em que o surdo fala sobre ter ido a uma festa de dia das bruxas na qual se fantasiou de vampiro e deu um susto em uma menina. Dentro dessa narração, a progressão temática se constata através de um tema constante sendo relatado (a festa de dia das bruxas) e por meio de um salto temático, quando, ainda falando sobre a festa, o surdo deixa de falar sobre a fantasia e o susto que deu na menina e fala sobre as coisas que comeu.

O que pode ainda ser observado na escrita apresentada acima é a falta de pontuação entre as ideias transmitidas, a falta de preposição e de artigos, bem como a falta de flexão do verbo. Essas evidências mostram que o surdo, por não possuir um domínio das estruturas linguísticas da língua portuguesa, transmite para seu texto escrito características estruturais da língua de sinais que é sua língua materna. Isso se dá devido, como já foi dito, às muitas diferenças encontradas entre a estruturação da língua brasileira de sinais e a estruturação da língua portuguesa.

3. Caminhos da pesquisa

Com a aplicação da chamada “inclusão social”, em especial após a Declaração de Salamanca em 1994, a inclusão educacional foi impulsionada. Neste documento internacional, assinado por vários países, inclusive o Brasil, tiveram como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, isto é, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística.

Os alunos com deficiência auditiva são direcionados a escolas de ensino regular. A inclusão desse aluno, que utiliza a língua de sinais para se comunicar, em escolas de ensino regular com alunos e professores que não conhecem ou não dominam a língua brasileira de sinais, provoca uma relação de aprendizado diferenciada dos demais alunos. Diante dessa situação, questionei-me quais as realidades enfrentadas pelos alunos surdos em sala de aula e quais as características e peculiaridades dessa língua que utilizam para se comunicar.

Apesar das muitas concepções negativas pensadas sobre o indivíduo surdo, houve diversos personagens que, não se importando com as ideias pessimistas difundidas, atuaram como cientistas na área da surdez e elaboraram diversos métodos educativos, a fim de instruir os surdos, permitindo-lhes um espaço na sociedade. Diante do processo histórico-social da educação dos surdos foi possível perceber a grande importância dada à manifestação da linguagem oral.

Por ser a linguagem uma característica predominantemente humana e por ser parte essencial do sistema cognitivo humano e formadora das sociedades, vários estudiosos, trabalharam métodos oralistas com os surdos, invalidando, dessa forma, a comunicação através dos sinais, abolindo, assim, por um certo período de tempo, a manifestação da língua de sinais.

Depois de muitos conflitos, a língua de sinais venceu o método oralista e, dessa forma, começou a ser mais bem trabalhada e difundida pelo mundo. Em termos gerais, como vimos, qualquer movimento humano carregado de algum tipo de intencionalidade constitui-se como linguagem. Dessa forma, a língua de sinais se apresenta, de fato, como uma língua natural, como manifestação legítima da capacidade humana da linguagem, possuindo características específicas que a distinguem dos demais sistemas de comunicação.

A língua de sinais no Brasil só foi oficialmente reconhecida no ano de 2002 e a partir de então os estudos sobre a LIBRAS e a educação ganharam força e cresceram ainda mais. À linguística coube descrever as características fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua de sinais brasileira, suas peculiaridades e as principais diferenças que tem da língua portuguesa.

Ante as diferenças estruturais existentes entre a língua brasileira de sinais e o português, é que se percebe quão difícil se torna para o sujeito surdo expressar-se através da escrita, dado que sua manifestação linguística diferencia-se da língua oral e necessita estar dentro das normas da língua portuguesa quando manifestada graficamente. Por isso o presente trabalho vê como indispensável investigar algumas dificuldades apresentadas por alunos surdos ao produzirem narrativas escritas, dado que esta modalidade exige desses sujeitos operações cognitivas distintas da língua oral.

Assim, a seguir, apresentarei a realidade vivenciada pelos surdos na inclusão em salas de aula do ensino da cidade de Eunápolis, analisando as realidades apresentadas através de entrevistas feitas não só com os professores de alunos surdos, mas também com os próprios alunos surdos e com seus pais.

Em razão das discussões apresentadas neste trabalho, preocupados com as dificuldades dos alunos surdos com relação à escrita, em abril de 2008, junto com alguns colegas de graduação³ decidimos averiguar, com os alunos surdos do município de Eunápolis, se eles apresentam dificuldades na elaboração e criação de textos. Para tanto escolhemos os alunos-

³ Marília de Angeli e Manoel de Jesus Conceição.

surdos do Colégio Estadual Professor Horácio de Matos, situado à Rua Dois de Julho, s/n, centro, por haver neste um maior número de alunos surdos em sala de aula – sete no total, distribuídos em: quatro na turma de EJA II estágio 5, dois em EJA III Áreas 1 e 2 e um em EJA III Área 3 – a fim de realizar tal averiguação.

A partir da exposição de uma gravura em que mostrava um menino negro com semblante assustado, com uma arma de brinquedo em mãos e por trás dele uma sobra de um homem nas cores da bandeira do Brasil com uma comunidade favelada como fundo. Através da leitura dessa imagem, os alunos-surdos puderam expressar livremente suas interpretações sobre a mesma através da escrita. Desta forma procuramos detectar as dificuldades já citadas na seção anterior sobre a relação do surdo com a escrita. Tal pesquisa resultou em vários textos, alguns observados a seguir:

<i>Aluno: A/ Série: EJA II estágio 5/ Data: 17 de abril de 2008.</i>	
Texto original	1 O brasil vai cuidado medo arma que mata paciência vagabundo noturno 2 Só
Retextualização	1 No Brasil precisamos tomar cuidado, existem marginais que matam (atacam), principalmente a noite.
Eliminação	1 vai; medo; paciência. 2 Só.
Substituição	1 O= No; brasil= Brasil; mata= matam; vagabundo= marginais; noturno= a noite.
Acréscimos/alterações	1 precisamos; tomar; existem; (atacam); principalmente.

Tabela 1. Fonte: Autora; Tabela baseada nos estudos apresentado por Guarinello (2007).

<i>Aluno: B/ Série: EJA III Área 1 e 2/ Data: 17 de abril de 2008.</i>	
Texto original	1 O brasil de bandido 2 O brasil é muito gente cuidado sempre só morte. 3 Mas pessoas de medos, não vai polícia está medo.
Retextualização	1 O Brasil de bandidos 2 No Brasil há muitas pessoas, precisamos ter cuidado, pois há muitos assassinatos. 3 Mas, as pessoas por medo não vão a policia denunciar tais homicídios.
Eliminação	1 (é muito gente); (sempre só morte) 2 (de); (vai policia está medos)
Substituição	1 Titulo: bandido= bandidos. 2 O= No; brasil= Brasil; morte= assassinato. 3 muito gente= muitas pessoas; medos= medo; vai= vão.
Acréscimos/alterações	1- precisamos; ter; pois há; muitos. 2- as; por; a; denunciar; tais; homicídios.

Tabela 2. Fonte: Autora; Tabela baseada nos estudos apresentado por Guarinello (2007).

<i>Aluno: C/ Série: EJA III Áreas 1 e 2/ Data: 17 de abril de 2008.</i>	
Texto original	1 Menino e o quero ele vontade mas muito pessoas mata medo de arma muito pessoa mata de medo na paciência. 2 Sofre muito triste. 3 O Brasil rapaz muito em perigo verdade.
Retextualização	1 O menino tem o desejo de (...), mas por causa da violência, as pessoas têm medo de armas, elas matam e causam temor. 2 Há muito sofrimento. 3 Já o rapaz, é bem mais perigoso que a criança.
Eliminação	1 e; muito; na; paciência. 2 sofre; triste. 3 Brasil; muito; em; verdade.
Substituições	1 quero= tem; vontade= desejo; pessoas= elas; medo= temor. 2 sofre= sofrimento. 3 muito= bem mais; perigo= perigoso.
Acréscimos/alterações	1 por causa da violência; as; têm; causam. 2 há. 3 é; que a criança.

Tabela 3. Fonte: Autora; Tabela baseada nos estudos apresentado por Guarinello (2007).

<i>Aluno: D/ Série: EJA II estágio 5/ Data: 17 de abril de 2008</i>	
Texto original	1 O brasil menino arma pessoas sempre mata quem medo cuidado Só
Retextualização	1 No Brasil pessoas armadas matam crianças, causando medo por toda parte.
Eliminação	1 sempre; quem; cuidado; Só.
Substituição	1 O= No; brasil= Brasil; menino= criança; arma= armadas.
Acréscimos/alterações	1 causando; por toda parte.

Tabela 4. Fonte: Autora; Tabela baseada nos estudos apresentado por Guarinello (2007).

Em todos os textos analisados, foi possível observar que as interferências da estrutura da língua de sinais brasileira na escrita em língua portuguesa estão muito presentes, devido às diferenças existentes entre ambos os códigos linguísticos e, como já abordado, tal situação não se trata de uma deficiência cognitiva, mas de uma transposição da língua de sinais, que é a língua materna do sujeito surdo.

Observamos nas produções escritas que as frases são breves, porém os problemas ortográficos foram poucos; não apresenta aspectos funcionais na escrita como o uso das concordâncias dos verbos, a coerência das ideias, falta de pontuação e uso de preposições se constituem como característica em todos os textos e expressam ser essa uma dificuldade dos alunos no momento da produção textual. A presença desses aspectos contribuiria para um

entendimento mais preciso dos textos produzidos por esses alunos-surdos, respaldando as leituras já feitas com relação à produção escrita dos indivíduos surdos, mas é preciso se ter em mente que,

o Português para o surdo envolve um processo de apropriação de segunda língua com características semelhantes às dos ouvintes, respeitando as peculiaridades das modalidades das línguas envolvidas e as especificidades da surdez. Ressalta-se o fato de que os surdos serão sempre estrangeiros no uso do Português e que muitas de suas construções são próximas das de um falante não nativo. Isso se dá, principalmente, em relação ao uso de conectivos, preposições, conjunções e outros elementos colocados de forma inadequada por quem não tem vivência na língua. (DECHANDT, 2006, p. 317)

Por ocasião das minhas primeiras investigações referente a educação dos surdos no município, em abril de 2008, no momento da coleta de dados fomos muito bem recepcionados pela escola envolvida na pesquisa e também pelos alunos-surdos, que se dispuseram prontamente em nos ajudar. Os alunos-surdos, naquele momento, estavam bastante agitados. Esse fato se deu em virtude de uma professora estar aplicando um ditado de texto em sala de aula, desconsiderando que no recinto havia quatro alunos surdos, e que tal prática os excluiria completamente. Em entrevista⁴, esses quatro alunos-surdos, bem como alguns de seus professores e familiares para saber deles o que pensavam da situação a que foram expostos pelas medidas educacionais de inserir esses alunos em salas onde a maioria do público é ouvinte.

A princípio perguntamos aos alunos-surdos como eles se sentiam em uma sala de mais de 30 alunos em que somente eles eram surdos, em resposta nos relataram com ficavam em sala de aula, sentados em fila, de um lado os surdos e do outro os ouvintes. O professor em sala de aula falava constantemente, mas os surdos não entendiam nada, diferente dos ouvintes que conseguiam aprender. Embora tentassem ler, pouco compreendiam. Por vezes sentavam próximos aos ouvintes para copiar o que eles conseguiam anotar, quando os ouvintes se adiantavam e passavam para outra folha do caderno, os surdos precisavam esperar que terminassem para continuar a copiar.

No decorrer da entrevista, percebemos a indignação dos alunos surdos por não conseguirem assimilar o assunto passado pelo professor da mesma forma que os demais alunos conseguiam, não por incompetência em sua capacidade mental ou física, mas sim por

⁴ A entrevista foi gravada em vídeo e foi mediada em Libras por mim.

um ensino que ao invés de incluir, tem demonstrado exclusão. Durante a entrevista, os alunos citaram muitas disciplinas em que têm dificuldades por falta de comunicação, mas que alguns professores fazem esforços em lhes transmitir o conhecimento por mímicas, já que não sabem a Libras de fato.

Segundo os alunos entrevistados, seria muito bom se o professor soubesse língua de sinais, pois no passado, durante o tempo em que estudavam as séries iniciais⁵, eles conseguiam deter os assuntos abordados pelo professor, tal fato caracteriza o conhecimento que hoje possuem, visto que as professoras sabiam a língua de sinais brasileira e ao ensinar faziam relação do conhecimento em português com língua de sinais, tornando o aprendizado fácil para os alunos-surdos. Mas, segundo eles, caso não fosse possível o professor saber utilizar a LIBRAS, outra saída seria que houvesse intérpretes em sala de aula, pois desta forma iriam conseguir aprender e não mais precisar copiar dos colegas ouvintes, que quando não dispostos não os permitiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre língua de sinais torna-se indispensável uma abordagem sobre a linguagem. Mas afinal, o que é linguagem? A linguagem é a característica peculiar que nos diferencia dos outros animais. Além de nos permitir a comunicação, o armazenamento e/ou transmissão de toda ordem de artefatos culturais, a linguagem é também parte configurante do sistema cognitivo humano.

Além de caracterizar o homem, a linguagem é a responsável pela expressividade humana. Neste aspecto, a língua de sinais, apesar de ser manifestada visuo-espacialmente, se constitui como língua de fato e seu status de língua natural é comprovado pela própria linguística que caracteriza uma língua com as propriedades de *flexibilidade e versatilidade, arbitrariedade, descontinuidade, criatividade/produktividade, dupla articulação, padrão e dependência estrutural*.

Essa visão, no entanto, é bastante recente, em relação aos estudos das línguas orais, visto que o histórico da educação dos surdos, fortemente marcado pela presença do oralismo no passado e hoje pelo ouvintismo tradicional (PERLIN, 2013), que instituiu no pensamento da sociedade, uma ideia que desconsidera e rejeita a língua de sinais como uma forma de

⁵ A Escola das Acácias era o local em que as crianças com deficiências estudavam no tempo em que a inclusão não era constitucionalizada.

expressão e comunicação dos surdos. A proposta de educação, que tem o sujeito surdo como um “deficiente auditivo” e, está embasada na “recuperação” deste sujeito.

Visto o sujeito surdo não tem como adquirir a língua oral devido às suas limitações físicas, resta-lhe apreender a língua na modalidade escrita, para que, desta forma, possa interagir de forma eficaz com a sociedade na qual está inserido. Porém, a produção da linguagem escrita exige do sujeito uma complexa tarefa cognitiva e, para os surdos, esta pode ser ainda mais trabalhosa. Isso se dá em razão de existirem muitas diferenças entre a estrutura linguística da língua portuguesa e da língua brasileira de sinais. Por esse motivo, ao construir um texto escrito, o aluno surdo apresenta em sua produção características de sua língua materna – a língua de sinais – transpondo as características estruturais da mesma. Esse fato pôde ser observado, apresentados nos textos produzidos por alunos-surdos do município de Eunápolis –BA.

Diante das muitas dificuldades observadas nas produções textuais desses alunos, entende-se que é de fundamental importância que haja, na sala de aula, um professor que domine a língua brasileira de sinais, de maneira que a língua portuguesa seja trabalhada de modo a permitir que o aluno surdo desenvolva sua língua primeira, a língua brasileira de sinais e, que a aquisição da língua portuguesa na modalidade escrita, aconteça como segunda língua.

Esta é a proposta educacional que vigora atualmente, denominada como bilinguismo, que visa permitir ao aluno surdo à acessibilidade de duas línguas no ambiente escolar. Uma vez que, a língua brasileira de sinais é ainda hoje pouco difundida, o bilinguismo está em processo de implementação, não sendo encontrado na maioria das instituições de ensino em que os surdos estão inseridos, como pode ser observado em Eunápolis ainda hoje, anos após as coletas iniciais desta pesquisa.

Esse método educacional é de relevância, pois propõe, antes de mais nada, o respeito ao surdo e à sua língua materna. Porém, muitos agentes nesses contextos, resistem e atenuam a importância da aquisição da língua de sinais para ensinar alunos surdos e proporcionar integração entre surdos e ouvintes. Assim, é possível perceber que ainda há muitos caminhos a serem percorridos para alcançar mudanças significativas no que concerne aos direitos não só sociais, mas também linguísticos e educacionais dos sujeitos surdos e que alternativas para reverter esse quadro de exclusão e indiferenças devem ser tomadas a fim de que os surdos sejam respeitados enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2002.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e Pensamento**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

DECHANDT, Sônia Brochado. **A apropriação da escrita por crianças surdas**. In: QUADROS, Ronice M.(org.) **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara azul, 2006. p. 284-322.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. **Origens da linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

LANGACKER, Ronald W. **A linguagem e sua estrutura: alguns conceitos linguísticos fundamentais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

PEIXOTO, Renata Castelo. **Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda**. *Cadernos Cedes*, São Paulo, v. 26, n. 69, maio/ago. 2006. p. 205-229.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidades surdas**. In.: SKILIAR, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediações, 2013. p. 51-73.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos:** caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. v. 1.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1969.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo.** 2 ed. São Paulo: Plexus, 2001.

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais.** 3.ed. São Paulo: Ática, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.